Direcção Geral das Contribuições e Impostos

I.ª Repartição

DECRETO N.º 679

Sendo-me presente a Consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 14:548, recorrente a Sociedade Germânia, Limitada, recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos:

Autuada por falta de pagamento do sêlo do n.º 39 da tabela de 24 de Maio de 1902, devido por 47 anúncios pintados em 21 carroças, em circulação nos meses de Maio e Junho de 1913, com o dístico: Germânia, Fábrica de cerveja, Lisboa; foi a Sociedade Germânia condenada pelo secretário de finanças do 2.º bairro de Lisboa no pagamento do sêlo e na multa de vinte vezes a importância do mesmo sêlo; por quarta infracção; recorreu para o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que lhe negou provimento; e do respectivo acórdão traz, em devido tempo, o presente recurso, alegando que naqueles letreiros não há característica de anúncio; se a houvesse seriam eles isentos de sêlo por estarem afixados nos próprios estabelecimentos de venda dos produtos da fábrica, que são as carroças, colectadas para a venda ambulante; e estando pendente o recurso de autuações levantadas em meses anteriores, não podem elas servir de agravante à multa actual, que a recorrente está pronta a pagar logo que seja declarada definitivamente a sua responsabilidade;

Foram ouvidos o Conselho e o Ministério Público.

Tudo ponderado:

Considerando que o letreiro pintado nas carroças da recorrente constitui um anúncio que unicamente respeita à cerveja exposta à venda ou consumo nas carroças; e à indústria explorada com elas por sua proprietária, a Sociedade Germânia, Limitada;

e que o n.º 139 da tabela geral das indústrias colecta cada carro ou carroça para venda ambulante de cerveja, assim como o n.º 92 colecta o botequim ambulante; mostrando a certidão de fl. 23 v que a recorrente foi tributada por 22 carroças para venda ambulante, e declarando as testemunhas de fl. 9 e 10 que os produtos da fábrica são vendidos sómente nas carroças ambulantes;

Considerando que, assim, tem de aceitar-se essas 22 carroças como estabelecimentos de venda de cerveja da fábrica «Germânia, Limitada»; e como tais, isentos do sêlo pelo indicado anúncio, nos termos da disposição do n.º 39 da tabela de 24 de Maio de 1909, *verbis*: «ficam isentos os anúncios afixados em quaisquer estabelecimentos, quando unicamente disserem respeito aos objectos expostos à venda ou à indústria explorada nesses estabelecimentos»;

— e que não se mostra nem presume que as carroças autuadas sejam diversas das empregadas na venda ambulante, ou como tais colectadas, e com o fim de se subtraírem ao sêlo dos anúncios não se compreenderia a sua inscrição na matriz industrial e consequente submissão a um imposto incomparavelmente mais elevado;

— e que em tais termos estão ao abrigo da isenção do imposto do sêlo os anúncios da fábrica de cerveja «Germânia» pintados nas carroças de venda ambulante, que para efeitos fiscaes constituem estabelecimentos de venda;

— de contrário, e emquanto pendesse de resolução das estações competentes a impugnação das autuações anteriores por idénticas infracções do regulamento do sêlo, não poderiam essas autuações agravar a multa aplicável aos factos praticados antes de decidida, definitivamente, a matéria da impugnação, do mesmo modo que as transgressões sucessivas não constituiriam circunstâncias agravantes dumas para outras, se as primeiras fôsem julgadas e punidas depois de praticadas as segundas:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças,

conformando-me com a referida consulta, nos termos dos artigos 354.º, n.º 2.º, e 355.º do Código Administrativo de 1896, decretar o provimento no recurso e a insubsistência dos autos de infracção.

O Ministro das Finanças assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 23 de Julho de 1914. — *Manuel de Arriaga* — *António dos Santos Lucas*.

DECRETO N.º 680

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso n.º 14:850, em que é recorrente Agostinho de Pina e Sousa, official do registo civil em Oliveira do Hospital, recorrido o Conselho da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, e de que foi relator o vogal efectivo, Dr. Abel Andrade:

Mostra-se que, em 5 de Novembro de 1913, Adriano de Moura Forjaz de Gusmão, chefe de distrito dos Impostos, tendo verificado que Agostinho de Pina e Sousa, official do registo civil em Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra, não havia colado uma estampilha de \$10 em cada uma das certidões de afixação de editais respeitantes aos processos de casamento, do ano civil de 1911, n.ºs 3 a 43, 88 a 106, 110 a 129; do ano civil de 1912, n.ºs 2 a 14, 17 a 31, 33 a 41, 44 a 46, 48 a 54, 56 a 66, 68 a 104; do ano civil de 1913, n.ºs 2 a 31, omissão esta que representa transgressão do disposto na tabela geral do imposto do sêlo, que faz parte integrante da lei de 24 de Maio de 1902, verba 42, e é punida com multa, nos termos do regulamento de 9 de Agosto de 1902, artigo 210.º, levantou, nos termos do artigo 171.º do mesmo regulamento, o respectivo auto de transgressão;

Mostra-se que, cumpridas as formalidades indicadas no decreto-lei de 26 de Maio de 1911, e intimado o auto para comparecer na Secretaria de Finanças e ver julgar a transgressão, declarou que não colou os selos, referidos no auto, por não serem devidos:

a) Porque a tabela n.º 2, aprovada por lei de 10 de Julho de 1912, que altera e acrescenta o decreto de 18 de Fevereiro de 1911, sobre o registo civil, dispõe no n.º 16 que a certidão de afixação do edital é passada na declaração, e, portanto, está isenta de qualquer outro sêlo;

b) Porque do mesmo modo interpreta aquele preceito, o Sr. Manuel Coelho, nas *Anotações* ao Código do Registo Civil, artigo 191.º;

c) Porque a própria Inspecção de Finanças teve de consultar superiormente, recebendo, em 5 de Dezembro de 1913, a comunicação de que a Direcção Geral das Contribuições e Impostos decidiu que os empregados do registo civil tem obrigação de certificar, nos processos de casamento, que foram afixados editais e que, por esse certificado, é devido o sêlo de \$10, devendo os referidos editais ser feitos em papel selado; e esta mesma comunicação foi transmitida ao conservador do registo civil de Coimbra, que, por sua vez, a levou ao conhecimento do autoado a fl. 11;

d) Porque o Conservador Geral do Registo Civil disse, em resposta à consulta que, em seguida àquela comunicação, lhe foi feita, em 2 de Dezembro de 1913, que «no princípio seguiu-se a doutrina de que a certidão de afixação dos editais, passada a própria declaração e como nota ou termo do processo, não pagava sêlo, e assim se procedeu, algum tempo ou pelo menos nalguns pontos, no espírito de baratear os serviços do registo civil. Sendo, porém, parecer da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, que devia pagar sêlo de \$10, começou a seguir-se essa prática, assentando-se nesta interpretação» a fl. 10;

e) Porque não resulta diversa doutrina do officio do